



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU/SE**

**O preparo não foi realizado, pois o RECORRENTE é beneficiário da justiça gratuita.**

**Processo: 201940600821**

**VITOR HENRIQUE DA SILVA SANTOS**, representado por sua genitora **LEILA MARIA SANTANA DA SILVA**, já devidamente qualificados nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, vem por sua advogada que esta subscreve, perante Vossa excelência, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que o faz com supedâneo nos fundamentos anexos.

No mais, requer a remessa do presente processo à apreciação do Colendo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, após cumpridas as formalidades legais.

Nestes termos,  
Pede deferimento

Aracaju/SE, 17 de maio de 2024.

**Marlene dos Santos Silva**  
**OAB/SE 10.662**

Rua Vinte e Oito, 117, Loteamento Jardim Petrópolis,  
Santo Antônio, Aracaju/SE  
e-mail: Marlene.aju2010@gmail.com  
Fone: (79) 99984-1288



**PROCESSO ORIGINÁRIO DA . VADT DA COMARCA DE ARACAJU / SE**

**PROCESSO N.º 00260061020198250001**

**APELANTE: VITOR HENRIQUE DA SILVA SANTOS**

**APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**

**RAZÕES DO RECURSO**

**COLEDA CÂMARA,**

**INCLÍTOS JULGADORES,**

Inconformado, o demandado vem apresentar as razões do recurso de apelação, ora interposto, vez que a sentença proferida pelo juízo “a quo” deve ser reformada, pois a matéria foi examinada em desconformidade com a legislação em vigor e as provas constantes dos autos.

### **BREVE RELATO DOS FATOS**

Trata-se, na origem, de **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT**, movida pelo **RECORRENTE** com o fito de receber o pagamento de indenização a título de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.

O pleito autoral foi julgado procedente em 20/11/2020, condenando a seguradora ao pagamento R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), a título de indenização do seguro DPVAT por atestada invalidez permanente.



Após recurso ao egrégio Tribunal, acórdão n° 20225965, determinou a necessidade de retorno dos autos à origem para que o perito do **IML** indique se a invalidez é total ou parcial e, neste último caso, promova o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista na Lei 11.945/09.

### **DAS RAZÕES PELAS QUAIS A SENTENÇA RECORRIDA DEVE SER MANTIDA**

Dando prosseguimento ao feito, esse nobre Magistrado, determinou a realização de perícia médica, por meio de mutirão DPVAT realizado em 24/11/2022, a fim de aferir a extensão da lesão sofrida pelo REQUERENTE.

Com devida vênia, Vossa Excelência não cumpriu na íntegra a decisão do acórdão n° 20225965 do Egrégio Tribunal, o qual determina claramente o retorno do laudo ao perito do **IML (Instituto Médico Legal)**, para determinar se a invalidez do autor é total ou parcial, indicando o enquadramento da perda anatômica ou funcional, senão vejamos trechos da referida decisão:

Considerando, portanto, que o laudo não aponta se a invalidez permanente do autor é total ou parcial, assiste razão ao apelante quando afirma sobre a necessidade de retorno dos autos à origem para que o **perito do IML** indique se a invalidez é total ou parcial e, neste último caso, promova o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista na Lei 11.945/09.

Ante o exposto e diante de tudo o que foi devidamente delineado, **conheço do recurso para lhe dar provimento**, anulando a sentença e determinando o retorno dos autos à origem para que seja esclarecida se a invalidez permanente que acomete o autor é total ou parcial e, neste último caso, indicar o enquadramento da perda anatômica ou funcional, na forma prevista no anexo da Lei 6.194/47, com redação dada pela Lei 11.945/09. (grifo nosso).

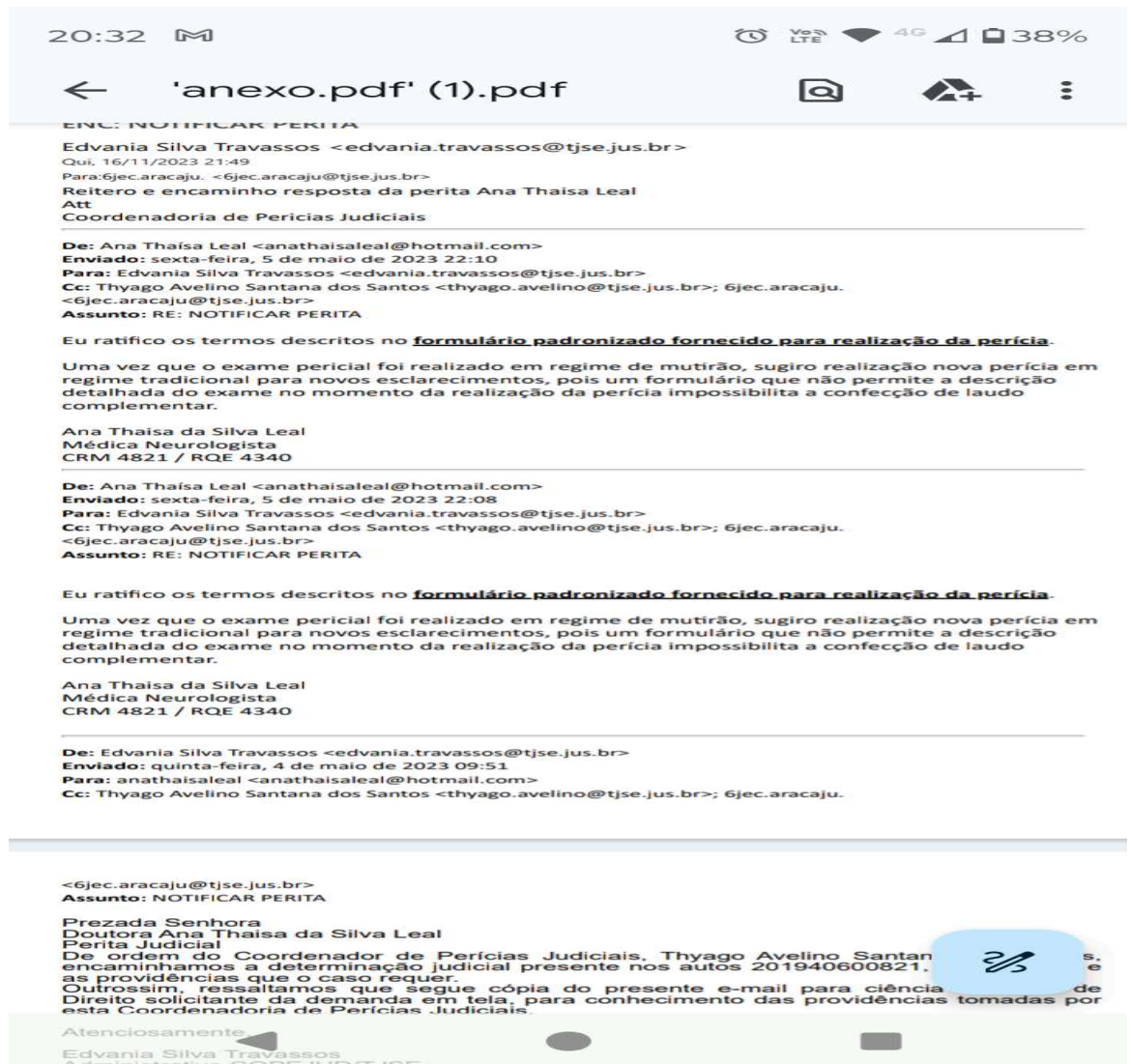


Vossa Excelência, ao invés de intimar o perito VICTOR VASCONCELOS BARROS - CRM 3296, responsável pelo laudo de nº 6799/2018 do IML, ou qualquer outro perito do próprio instituto para cumprir o que ficou determinado no acórdão, determinou a realização de uma perícia por outro perito, o que concluiu com laudo contraditório e desfavorável ao Requerente.

Não cumprindo a finalidade destinada do acórdão, foi enviado ao mutirão do setor de perícia, ao qual foi avaliado pela perita **Ana Thaisa da Silva Leal - CRM 4821 / RQE 4340**, tendo juntado o laudo pericial de fls. 269/271, porém foi contraditório as respostas apresentadas, o que se discute não era a relação acidente e sim a gradação.

O Ministério público, tendo em vista a necessidade de esclarecimento da avaliação médica anterior, apresentou quesitos às fls. 301/303, a ser respondidos pela perita, a mesma respondeu por email juntado as fls. 322/323 em 21/11/2023 que:

“Uma vez que o exame pericial foi realizado em regime de mutirão, **sugiro realização nova perícia em regime tradicional para novos esclarecimentos**, pois um formulário que não permite a descrição detalhada do exame no momento da realização da perícia impossibilita a confecção de **laudo complementar**.”(grifo nosso).



Dessa forma fica impossibilitado de ter alguma certeza ou da julgamento de acordo com um formulário tradicional do mutirão que não permite a perita detalhar com exatidão o ocorrido, ou seja, o que não foi feito, pois na pericia realizada foi somente perguntado ao autor se havia lesão e sendo negativa a resposta, nada mais foi perguntado e a pericia se deu por encerrada.

Rua Vinte e Oito, 117, Loteamento Jardim Petrópolis,  
Santo Antônio, Aracaju/SE  
e-mail: Marlene.aju2010@gmail.com  
Fone: (79) 99984-1288

Ora, se nós temos um laudo do IML favorável ao Autor, fls. 25/27, no laudo acostado aos autos, o perito **VICTOR VASCONCELOS BARROS - CRM 3296**, responsável pelo laudo de nº 6799/2018 do **IML (Instituto médico legal)** informa que **A SEQUELA É DEFINITIVA, SENDO PORTANTO, ALEGADA A GRADAÇÃO DA LESÃO, OU SEJA PERMANENTE/DEFINITIVA**. emitido por órgão oficial e por outro lado, temos um laudo pericial contrário ao Requerente, percebe-se que dois peritos estão em dissonância, então, dessa forma, é evidente a necessidade de esclarecimentos, o que não foi feito.

TAL AUSÊNCIA DE ESCLARECIMENTO É SEM DÚVIDA PATENTE **CERCEAMENTO DE DEFESA**, CONFORME INCISOS LIV E LV DO ARTIGO 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E INCISO IV DO ART. 473 DO CPC, CAUSANDO SÉRIOS PREJUÍZOS AO AUTOR, ANTE A NECESSIDADE DE ESCLARECIMENTOS COMPARADOS A DOIS LADOS COM RESULTADOS COMPLETAMENTE DIFERENTES, CARACTERIZA-SE COMO CERCEAMENTO DE DEFESA:

**“quando os elementos de prova constantes dos autos não são suficientes para o julgamento da questão e não se oportunizou às partes a produção das provas que entendessem importantes para o deslinde da causa.”**

Cumprе mencionar que o conflito de laudo foi gerado, porque não ternou ao perito do IML como determinado comando do acórdão retro mencionado.

**POR TAIS RAZÕES, URGE A NECESSIDADE DE UMA TERCEIRA PERÍCIA, E A ANULAÇÃO DA SENTENÇA PROFERIDA PARA ESTABELECEER A QUEM ASSISTE A RAZÃO.**

Ademais, o **que pretende ser verificado na perícia é o grau da lesão e não, discussão de controvérsia do acidente**, pois junto com a petição inicial foram coligidos diversos documentos comprobatórios dos fatos alegados, no caso em tela, a simples leitura do mesmo demonstra que o Ilustre Perito não buscou comprovar a gradação do autor, somente



limitando-se a responder negativamente e quando apresentado quesito de esclarecimento, feito pelo Ministério Público, não foram respondidos.

O entendimento jurisprudencial em casos semelhantes tem levado a anulação da sentença, vejamos:

**Art. 473. O laudo pericial deverá conter:**

**IV - resposta conclusiva a todos os quesitos apresentados pelo juiz, pelas partes e pelo órgão do Ministério Público.**

**TJ-GO PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Recursos -> Apelação Cível XXXXX20188090051 GOIÂNIA**

**APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO ACIDENTÁRIA AUXILIO- ACIDENTE. PERÍCIA AUSENCIA DE RESPOSTA AOS QUESITOS FORMULADOS PELA PARTE AUTORA IMPROCEDÊNCIA BASEADA NO LAUDO PERICIAL CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO. SENTENÇA CASSADA.** 1. Imperiosa a cassação da sentença pelo cerceamento de defesa. consubstanciado no indeferimento do pedido para que o perito respondesse aos quesitos formulados pelo apelante, sobretudo porque o magistrado se baseou na conclusão do laudo pericial para declarar a improcedência da ação (artigos 473, IV, e 477 § 2º, 1, do CPC). 2. O laudo médico apresentado não permite concluir com grau de certeza se a lesão na mão esquerda do apelante o deixaria inabilitado para o exercício da função de carteiro motorizado (que exige aptidão para a condução de motocicleta), já que a perita não faz alusão a esta atividade específica em seu parecer, mas apenas dispõe sobre a capacidade do recorrente para realizar as atividades de simples carteiro. 3. As respostas aos quesitos formulados pelo recorrente se revelam de suma importância para a elucidação dos fatos, pois questionam justamente se o apelante teve reduzida a capacidade para o desempenho da atividade específica de carteiro motorizado. **RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDO E PROVIDO.**

**TJ-DF-XXXXX20178070018 DF XXXXX-48.2017.8.07.0018**

**AÇÃO REGRESSIVA. SEGURADORA, RESSARCIMENTO. LAUDO PERICIAL, AUSENCIA DE RESPOSTAS AOS QUESITOS FORMULADOS PELAS PARTES. CERCEAMENTO DE DEFESA.** 1. O laudo pericial deve conter ?resposta conclusiva a todos os quesitos apresentados pelo juiz, pelas partes e pelo órgão do Ministério Público.? (CPC 473, IV). 2. A ausência de resposta aos quesitos formulados pelas partes configura cerceamento de defesa.

## **CONCLUSÃO**

Rua Vinte e Oito, 117, Loteamento Jardim Petrópolis,  
Santo Antônio, Aracaju/SE  
e-mail: Marlene.aju2010@gmail.com  
Fone: (79) 99984-1288



Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia o Recorrente no alto grau de eficiência deste Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada in totum a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso e determine a realização de uma terceira perícia, devido a dois laudos com resultados completamente divergentes, fls. 25/27 e 269/271; requer que seja enviado o laudo ao perito do IML, para determinar se a invalidez é parcial ou permanente, cumprindo o que ficou determinado na decisão do acórdão de segundo grau.

Nestes Termos,  
Pede deferimento.

Aracaju/SE, 17 de maio de 2024.

**Marlene dos Santos Silva**  
**OAB/SE 10.662**

Rua Vinte e Oito, 117, Loteamento Jardim Petrópolis,  
Santo Antônio, Aracaju/SE  
e-mail: Marlene.aju2010@gmail.com  
Fone: (79) 99984-1288